Programa EUROCLIMA

Diálogo País no marco da solicitação do Brasil para apoio na promoção de soluções que levem a uma redução da incidência de desastres relacionados ao clima em áreas rurais e urbanas da região do Rio Grande do Sul, a fim de melhorar a competitividade, a adaptação às mudanças climáticas e o acesso a financiamentos e investimentos climáticos (Ação 1 do Plano de Ação Pais 2025-2026)

Termo de referencia

Contribuir à redução dos riscos de desastres climáticos, em coordenação entre os diferentes atores envolvidos na gestão do risco climático – Projeto piloto no município de Cruzeiro do Sul, Rio Grande do Sul

03/12/2025

Índice

1. Informação geral 2

2. Contexto e Justificativas 2

3. Descrição oferta 7

3.1. Produtos Esperados 7

3.2. Principais Atividades 8

3.4. Tempo de Implementação 9

3.5. Coordenação e Aprovação dos Produtos 10

4. Perfil Requerido 10

4.1. Qualificação e Experiência do Proponente 10

4.2. Experiência e Competências Profissionais Específicas 12

4.3. Outros requisitos 14

5. Proposta Financeira e Pagamentos 14

6. Procedimento para Apresentação de Ofertas 15

# Informação geral

|  |  |
| --- | --- |
| Título | Contribuir à redução dos riscos de desastres climáticos, em coordenação entre os diferentes atores envolvidos na gestão do risco climático – Projeto piloto no município de Cruzeiro do Sul, Rio Grande do Sul |
| Beneficiários | Município de Cruzeiro do Sul no Rio Grande do Sul  MIDR - SEDEC |
| País | Brasil |
| Período para realização do trabalho | 6 meses |
| Data limite | 30/01/2026 |

# Contexto e Justificativas

## 2.1 Expertise France

Expertise France (expertisefrance.fr) é uma agência pública de cooperação técnica

internacional. A agência atende as necessidades de assessoria técnica de países parceiros nos principais aspectos da ação pública: governança democrática e financeira, segurança, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano. Devido à sua ação no campo contribui para os objetivos de solidariedade e de influência da política de desenvolvimento francesa e europeia.

Desde o 1º de janeiro de 2022, Expertise France é filial da [Agência Francesa de Desenvolvimento](https://www.afd.fr/es/grupo-afd" \o "https://www.afd.fr/es/grupo-afd) (Grupo AFD). Em 2023, seu volume de atividade foi de 390 milhões de euros, intervindo em 147 países e 27 territórios com mais de 350 projetos. A Expertise France tem mais de 700 empregados na sede em Paris e mais de 1300 trabalhadores no terreno.

Na América Latina, a Expertise France atua principalmente com programas regionais, como o Euroclima. Em outubro de 2018, o primeiro escritório da Expertise France foi inaugurado em Bogotá, Colômbia.

## 2.2 O programa Euroclima

Por meio da "Iniciativa para a Transição Verde da América Latina e Caribe" da Comissão Europeia, a União Europeia financia o programa [EUROCLIMA](https://www.euroclima.org/en/" \o "https://www.euroclima.org/en/). Seu principal objetivo é contribuir para a Transição Verde na América Latina e no Caribe, apoiando esforços para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas, bem como para proteger e conservar a diversidade biológica nos 33 países da região.

O Euroclima apoia o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento de Estratégias de Longo Prazo alinhadas às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países da América Latina e do Caribe, bem como seus compromissos com o marco global de biodiversidade pós-2020. O programa é implementado por cinco agências de países-membros da União Europeia e duas agências das Nações Unidas, incluindo a Expertise France.

Durante a Fase 3 do programa, a Expertise France liderou o setor "Florestas, Biodiversidade e Ecossistemas" (BBE) e foi responsável por fornecer assistência técnica no setor "Produção Resiliente de Alimentos" (PRA).

A partir de 2021, com o início da Fase 4, foi introduzido o mecanismo de "Diálogo entre Países", que coordena Pontos Focais Nacionais (PFNs), ministérios setoriais e instituições relevantes para definir, programar e implementar ações prioritárias. Essa metodologia permite a identificação conjunta com o país das necessidades de assistência técnica e a definição das ações mais adequadas com base na política climática do país e na capacidade do programa de atender à solicitação.

A Fase 5, "Transição Verde" ("EUROCLIMA LAC"), iniciada em 2023, dá continuidade a essa metodologia e tem a biodiversidade e as mudanças climáticas como eixos principais do programa.

A Expertise France concentra suas intervenções nas linhas de ação "Políticas, planos e instituições relacionadas ao clima", "Acesso a financiamento e investimento" e "Coordenação entre setores, entre níveis de governo e múltiplas partes interessadas", e garante a capitalização de experiências de projetos em andamento nos setores "BBE" e "PRA".

EUROCLIMA se insere na convergência estratégica entre a iniciativa Global Gateway da União Europeia e seu Plano de Ação de Gênero III (GAP III), estabelecendo um novo paradigma onde a transição ecológica é indissociável da justiça social. Sob esse marco, os investimentos do Global Gateway [[1]](#footnote-2)em infraestruturas verdes não buscam apenas a descarbonização e a resiliência climática, mas são desenhados como veículos de empoderamento para fechar as brechas de gênero. O EUROCLIMA operacionaliza essa visão ao integrar de maneira transversal a abordagem de gênero em seus diálogos políticos e projetos-piloto, assegurando que as mulheres e as comunidades vulneráveis não sejam meras espectadoras, mas agentes ativas na governança dos recursos naturais e na economia circular. Assim, o programa garante que cada euro investido gere um dividendo duplo: acelerar a transição para economias neutras em carbono e construir sociedades mais equitativas, demonstrando que a sustentabilidade ambiental e a igualdade de gênero são pilares interdependentes para o desenvolvimento duradouro da América Latina e do Caribe.

Euroclima no Brasil

Em 2024, foi realizado o Segundo Diálogo de Países entre o Brasil e o programa EUROCLIMA, por meio do qual essas áreas temáticas foram priorizadas: 1) Redução do Risco de Desastres (RRD), 2) Bioeconomia, e 3) Estratégia de descarbonização.

Destas, foram delineadas três ações prioritárias a serem executadas pelas agências implementadoras do EUROCLIMA.

Especificamente, a Ação Priorizada 1, “Promoção da Resiliência Climática na Região do Rio Grande do Sul: Promover soluções que levem a uma redução da incidência de desastres relacionados ao clima em áreas rurais e urbanas da região do Rio Grande do Sul, a fim de melhorar a competitividade, a adaptação às mudanças climáticas e o acesso a financiamentos e investimentos climáticos”, em seu componente 2 (objetivo 2) “Contribuir à redução dos riscos de desastres, em coordenação entre os diferentes atores envolvidos na GRC, bem como promover mecanismos financeiros que permitam canalizar fundos internacionais para financiar atividades associadas a esta gestão”, é executada pela Expertise France.

Através das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do componente 2 da ação 1, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. Uma melhor identificação e adoção, pelos diferentes atores envolvidos na resiliência climática no Brasil, de soluções tecnológicas inovadoras (em planificação urbana e não urbana) para reduzir os riscos de desastres associados àmudança climática, além da incorporação dos temas de acesso a financiamentos.
2. Um melhor acesso a mecanismos de financiamento nacionais e internacionais para implementação de ações de resiliência climática nos níveis federal, estadual e municipal.

Por meio desta chamada de propostas, a Expertise France busca uma equipe de consultoria para desenvolver e implementar um projeto piloto no município de Cruzeiro do sul, Rio Grande do Sul, possibilitando a obtenção do resultado número 1.

## 2.3 Justificativa

Um dos principais desafios na gestão de desastres no Brasil inclui a combinação de mudanças climáticas e fenômenos climáticos regionais como o El Niño, que exacerbam a frequência e a intensidade de eventos meteorológicos extremos. A colisão de massas de ar tropicais e polares na região frequentemente leva a tempestades severas e chuvas intensas. Além disso, vulnerabilidades de infraestrutura, como sistemas de drenagem inadequados e diques mal conservados, contribuem para a gravidade dos impactos das inundações. Lidar com esses desastres requer uma abordagem multifacetada, incluindo a melhoria da resiliência da infraestrutura, o aprimoramento dos sistemas de alerta precoce e a implementação de estratégias eficazes de adaptação climática em vários níveis.

Instrumentos de política pública relacionados à gestão de riscos climáticos

O Brasil conta com:

* A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que é um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação para proteger a população contra desastres naturais ou causados pelo homem. A PNPDEC é implementada pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e seus objetivos incluem o mapeamento de áreas de risco, a criação de sistemas de alerta, a capacitação da comunidade e o fortalecimento da governança entre os diferentes níveis de governo. O SINPDEC é constituído por órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, sob a centralização da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), órgão do Ministério da Integração Nacional.

A SEDEC é o órgão responsável por coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional. Sua atuação tem o objetivo de reduzir os riscos de desastres. Também compreende ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade.

* A Estratégia Nacional de Adaptação, que é um instrumento elaborado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais e que tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associado a esse fenômeno. Foi consolidada no novo Plano Nacional de Adaptação (PAN) e atualizou o PAN de 2016, propondo como objetivo geral "promover a gestão e a redução do risco climático no país diante dos efeitos adversos das mudanças climáticas, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos que possibilitem a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura". Nele há diretrizes para 11 setores e temas: Agricultura, Biodiversidade e Ecossistemas, Cidades, Desastres Naturais, Indústria e Mineração, Infraestrutura (Energia, Transporte e Mobilidade Urbana), Povos e Populações Vulneráveis, Recursos Hídricos, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Zonas Costeiras.
* O [Plano Clima](https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima), que é um guia das ações de enfrentamento à mudança do clima no Brasil até 2035. Trata-se de um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, criada pela Lei nº 12.187/2009 e tem dois pilares. O primeiro diz respeito à mitigação, voltada à redução das emissões de gases de efeito estufa, cuja alta concentração na atmosfera provoca o aquecimento global. O segundo trata da adaptação dos sistemas naturais e humanos aos impactos da mudança climática. Além das Estratégias Nacionais de Mitigação e Adaptação, o plano é composto por planos setoriais: 7 para mitigação e 16 para adaptação. O Plano Clima traz Estratégias Transversais para a Ação Climática, que definem meios de implementação (como financiamento, governança e capacitação) e medidas para a transição justa, entre outros pontos. O plano recebeu contribuições dos cidadãos pela plataforma Brasil Participativo e ocorreram plenárias presenciais em todos os biomas do Brasil para discussão de ações de enfrentamento à mudança do clima.
* Planos municipais de adaptação climática, que são instrumentos de planejamento que identificam vulnerabilidades locais e definem estratégias para reduzir os impactos das mudanças climáticas, protegendo a população e o ambiente. Eles são criados para auxiliar os municípios a se adaptarem aos efeitos das mudanças climáticas, complementando os planos nacionais de mitigação e adaptação.

Desastre do Rio Grande do Sul - 2024

Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou o maior desastre de sua história. Chuvas intensas, enxurradas, inundações atingiram 452 dos 497 municípios (cerca de 25.000 km² ficaram inundados), afetando mais de 2,39 milhões de pessoas. Em 1º de maio, o governo estadual decretou estado de calamidade pública. Segundo a Defesa Civil, foram registrados 185 mortos, 23 desaparecidos, e mais de 537 mil pessoas desalojadas. As operações de resgate mobilizaram bombeiros, Forças Armadas e voluntários, resultando na retirada de 82.666 pessoas e cerca de 15.000 animais.

O governo federal lançou a plataforma “Brasil Unido pelo Rio Grande do Sul”, centralizando informações e serviços emergenciais. Em um mês, o site teve quase 500 mil acessos, oferecendo apoio para o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, localização de hospitais de campanha, transporte de doações e rastreamento de áreas afetadas. A plataforma também trouxe transparência sobre os recursos públicos aplicados.

Para a reconstrução, o governo estadual já repassou mais de R$ 101 milhões a municípios afetados, atendendo 288 municípios com repasses de R$ 200 mil cada (totalizando R$ 57,6 milhões).

No âmbito federal, a SEDEC repassou ao Estado do Rio Grande do Sul R$ 3,5 bilhões dos R$ 4,8 bilhões destinados a emergências em todo o Brasil em 2024, incluindo apoio direto à população, ao Estado e aos municípios em resposta e recuperação. Somente para a resposta imediata, foram R$ 1,3 bilhão, além de R$ 2 bilhões para o “Auxílio Reconstrução”. A SEDEC aprovou 1.544 planos de trabalho para municípios afetados, com foco em assistência humanitária, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução.

A gravidade do desastre de 2024 evidenciou fragilidades nas infraestruturas críticas (saneamento, drenagem, habitação, transporte) e na coordenação das ações de resposta e recuperação. De fato, tornou-se evidente a necessidade de criar políticas públicas mais eficazes em gestão de risco, alinhar as ações de reconstrução e adaptação, garantindo que os investimentos em obras e políticas públicas estejam voltados na restauração tanto quanto na modernização, sustentabilidade e preparação para futuros eventos extremos, e disponibilizar uma capacitação específica para acesso a fundos de financiamento climático e de resiliência (recursos financeiros locais, nacionais ou transnacionais, públicos e privados, destinados a apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como para reconstrução e atendimento pós-desastre).

Além dos aspectos descritos, é fundamental destacar que eventos climáticos extremos — como os que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 — têm impactos significativamente diferenciados sobre mulheres, meninas, pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e populações LGBTQIA+. Essas diferenças se manifestam no acesso desigual a recursos, mobilidade reduzida, menor acesso a comunicação de alerta, maior exposição a tarefas de cuidado e maior risco de violência baseada em gênero durante e após os desastres.

No contexto de Cruzeiro do Sul/RS, estudos regionais, diagnósticos locais e dados de proteção social sugerem que as mulheres — especialmente agricultoras familiares, chefes de família monoparental, trabalhadoras informais e mulheres idosas — enfrentam maior vulnerabilidade socioeconômica, menor acesso a mecanismos formais de tomada de decisão e mais barreiras a informações críticas em situações de emergência. Esses fatores ampliam os riscos e reduzem a capacidade de resposta e recuperação.

Nesse cenário, Cruzeiro do Sul foi selecionado como município piloto do projeto por apresentar características que refletem de forma representativa os desafios enfrentados por municípios de pequeno porte expostos a desastres climáticos recorrente. Em termos populacionais, Cruzeiro do Sul ocupa a posição 2.685 entre os 5.571 municípios brasileiros, o que reforça sua relevância para a geração de metodologias e guias que possam ser aplicados posteriormente em outras localidades. Além disso, o município recebeu cerca de R$ 6,5 milhões da SEDEC em ações pós-desastre, valor equivalente à média dos repasses destinados aos municípios gaúchos afetados pelo desastre de 2024, evidenciando tanto a magnitude dos impactos quanto a necessidade de fortalecer capacidades locais de prevenção, preparação, resposta e recuperação. Por reunir condições institucionais, sociais e operacionais que refletem os desafios de grande parte dos municípios do estado e do País, Cruzeiro do Sul constitui um local adequado para testar e aprimorar soluções integradas, ampliando competitividade, resiliência, governança e coordenação interinstitucional.

Assim, a integração da perspectiva de gênero na gestão de riscos e desastres é essencial para promover soluções realmente eficazes, equitativas e duradouras. Essa perspectiva deve estar presente desde o diagnóstico inicial até a formulação, implementação, monitoramento e avaliação da metodologia proposta.

Existe uma oportunidade de aproveitar a experiência do Rio Grande do Sul para desenvolver e implementar um modelo replicável e estruturado de gestão de riscos e de desastres climáticos (incluindo a gestão pós-desastres) no Brasil, fortalecendo a resiliência em nível municipal, federativo e nacional.

Marcos Internacionais e Nacionais Relacionados a Gênero, Clima e Gestão de Riscos

Diversos acordos e iniciativas internacionais orientam as ações do Brasil no enfrentamento das mudanças climáticas, na promoção da igualdade de gênero e na gestão de riscos de desastres. Alguns são:

* Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero: Programa da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) que incentiva uma ação climática responsiva ao gênero, integrando essa perspectiva em políticas e projetos climáticos.
* Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030): Marco internacional enfatiza a necessidade de integrar a perspectiva de gênero na gestão de risco de desastres, reconhecendo que mulheres e homens vivenciam de formas distintas os impactos dos desastres e têm diferentes capacidades de resposta.
* Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP 2026–2034): Reforça a importância de identificar impactos diferenciados e gera bases para a implementação de mecanismos sensíveis a gênero que permitam o acesso direto de organizações de mulheres e iniciativas comunitárias ao financiamento climático.

No âmbito nacional, o Brasil conta com políticas e iniciativas específicas que consolidam o compromisso com a adaptação climática, a gestão de riscos e a promoção da igualdade de gênero. Por exemplo:

* Plano Nacional de Adaptação (PNA): Instrumento estratégico do governo brasileiro para orientar ações de adaptação às mudanças climáticas, considerando vulnerabilidades nacionais.
* Lei 12.608/2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: Estabelece diretrizes para a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em situações de desastres, incorporando princípios de proteção social.
* Agenda PAG (Política de Ação de Gênero): Política voltada para a promoção da igualdade de gênero no contexto brasileiro, fortalecendo a participação e proteção de mulheres em diferentes esferas.

# Descrição oferta

## Objetivos

### Objetivo Geral

O objetivo da convocatória é contratar uma equipe de consultoria, que elabore e implemente um projeto piloto, a nível municipal no Rio Grande do Sul, que integre União, Estado, municípios, sociedade civil e outros atores, de forma a consolidar um modelo replicável e estruturado de gestão de riscos e de desastres no Brasil, fortalecendo a resiliência em nível municipal, federativo e nacional.

A perspectiva de gênero deve ser transversal, incorporada como princípio estruturante do modelo a ser consolidado. Isso implica que todos os produtos, processos, ferramentas, protocolos, instrumentos de coleta de dados, metodologias participativas e análise de resultados devem identificar, reconhecer e tratar as desigualdades de gênero existentes, bem como propor medidas práticas para mitigá-las.

### Objetivos Específicos

Está previsto contribuir à redução dos riscos de desastres climáticos no Brasil, com:

1. O fortalecimento da governança interinstitucional multinível.
2. A elaboração de um guia (ou outro documento) que garanta que os resultados produzidos possam ser replicados em outros contextos e reforcem, em última instância, a gestão nacional de riscos e de desastres.

Todos os objetivos específicos deverão integrar a igualdade de gênero como princípio metodológico, garantindo que se faça uma análise de gênero, se abordem riscos climáticos e barreiras de acesso diferenciados para mulheres e homens, se promova a participação ativa e informada das mulheres (na sua diversidade) em todas as etapas, e sejam incluídas ações afirmativas quando aplicável.

## Produtos Esperados

1. Plano de trabalho do projeto. O plano de trabalho deverá apresentar claramente como a perspectiva de gênero será integrada nas atividades, instrumentos, cronograma, indicadores e processos de consulta.
2. Diagnóstico atualizado do funcionamento dos elementos de governança e coordenação da gestão de riscos e de desastres climáticos (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), interinstitucionais e multiníveis, situação do município de Cruzeiro do Sul/RS durante e após o desastre de 2024. Este documento servirá como linha de base. O diagnóstico deve incluir: análise de gênero aplicada à GRD, identificação das lacunas de participação feminina, análise dos impactos diferenciados das enchentes de 2024 sobre mulheres, meninas e grupos vulneráveis, mapeamento de serviços, políticas e capacidades institucionais de enfrentamento à violência baseada em gênero em contextos de desastre.
3. Proposta de metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres (com foco no município de Cruzeiro do Sul/RS). Deve estar alinhada com as políticas existentes, complementar as ferramentas e os instrumentos disponíveis para o município, institucionalizar/padronizar práticas, e transversalizar uma perspectiva de gênero. A metodologia deverá: incluir princípios, ferramentas e indicadores de gênero, propor mecanismos que ampliem a participação de mulheres nos processos de governança, prever diretrizes específicas para redução de riscos com recorte de gênero, articular-se com normativas nacionais (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; Plano Nacional de Adaptação; Plano Clima) que reconhecem desigualdades sociais e de gênero.
4. Relatório da implementação piloto da metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres (com foco no município de Cruzeiro do Sul/RS). O relatório deverá conter: análise dos resultados obtidos com foco nos avanços e desafios da incorporação do enfoque de gênero, avaliação da efetiva participação de mulheres e grupos vulneráveis nas atividades, documentação de boas práticas que possam ser replicáveis.
5. Metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres climáticos ajustada após a sua implementação (com perspectiva de gênero). Deve incorporar as lições aprendidas referentes à participação e inclusão de gênero, propondo ajustes concretos, indicadores de monitoramento, mecanismos institucionais e ferramentas permanentes.
6. Guia (ou documento) de implementação da metodologia que garanta que os resultados produzidos possam ser replicados em outros contextos e reforcem, em última instância, a gestão nacional (federal, estadual e municipal) de riscos e de desastres. O guia deverá conter seção específica sobre gênero, incluindo: princípios, listas de verificação (checklists), protocolos, indicadores, recomendações práticas para municípios replicarem a abordagem.

Todos os produtos deverão ser entregues em português, seguindo as diretrizes de comunicação da Expertise France e do Euroclima e de acordo com as condições e prazos estabelecidos no contrato.

## Principais Atividades

Administração do projeto

1. Manter as partes institucionais do projeto informadas sobre os avanços e possíveis obstáculos em relação aos resultados esperados, a fim de acordar em conjunto alternativas de abordagem.
2. Realizar reuniões periódicas com as partes do projeto para chegar a um consenso sobre as decisões.
3. Desenvolver os processos de aquisição de bens e serviços necessários para a implementação das atividades.
4. Facilitar os meios necessários para a realização de reuniões com diversos atores do município

Implementação do projeto

1. Avaliar os antecedentes disponíveis, levantamentos das necessidades e situação atual dos elementos de governança e coordenação da gestão de riscos e de desastres climáticos em vigor durante a emergência de 2024 no município, bem como outros que foram introduzidos desde então (revisão documental, entrevistas, etc.), a fim de elaborar uma linha de base que servirá para monitorar indicadores de resultados. Identificar lacunas na utilização de uma perspectiva de gênero: levantamento sistemático de dados desagregados por gênero, idade, raça/cor, condição socioeconômica e deficiência, análise dos serviços locais de atenção à violência contra mulheres antes, durante e após desastres, mapeamento das desigualdades de acesso a sistemas de alerta.
2. Revisão bibliográfica de experiências bem-sucedidas de gestão e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres climáticos a nível internacional. Incluir revisão de experiências internacionais em integração de gênero em GRD.
3. Desenvolver, na medida do possível por meio de mecanismos participativos (nos níveis municipal, estadual e federal), uma metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres, com perspectiva de gênero. Os mecanismos participativos devem garantir a participação representativa de mulheres, lideranças femininas e mulheres rurais, utilizar técnicas seguras e culturalmente adequadas para incentivar sua expressão, incluir protocolos de proteção para situações de violência baseada em gênero.
4. Implementar a metodologia em um projeto piloto.
5. Desenvolver critérios de avaliação e avaliar os resultados do projeto piloto. Incluir indicadores específicos de gênero, como a participação feminina em espaços de decisão, o acesso equitativo a informações de alerta, e a redução de barreiras institucionais para mulheres na GRD.
6. Ajustar a metodologia com base nos resultados obtidos e validá-la com autoridades e outros atores dos diferentes níveis. Incluir recomendações para institucionalização da perspectiva de gênero nos três níveis de governo.
7. Desenvolver um guia (ou documento) de implementação da metodologia que garanta que os resultados produzidos possam ser replicados em outros contextos no Brasil. O guia deve incluir ferramentas práticas para os municípios integrarem uma abordagem de gênero em seus Planos Municipais de Redução de Riscos e de Adaptação.

Operacionalização da Transversalidade de Gênero

A presente consultoria deverá integrar os seguintes eixos estratégicos:

1. Análise Interseccional: Integração transversal das dimensões de gênero, raça, etnia, classe e localização geográfica para compreender as múltiplas camadas de vulnerabilidade.
2. Inclusão Participativa: Reposicionamento das mulheres como co-produtoras ativas de conhecimento e soluções, superando a visão passiva de meras beneficiárias.
3. Transformação vs. Integração: Foco na transformação estrutural dos sistemas de poder, em vez de apenas "adicionar" mulheres a estruturas existentes.
4. Monitoramento de desempenho transformacional: O sistema de monitoramento e avaliação deverá ter métricas de impacto qualitativo.
5. Valorização dos Saberes Locais: Reconhecimento e respeito pelos conhecimentos tradicionais e ancestrais detidos pelas mulheres em seus territórios.
6. Accountability: Estabelecimento de mecanismos claros e transparentes de prestação de contas, especialmente às comunidades de mulheres.

## Tempo de Implementação

O tempo de implementação será entre novembro 2025 e maio de 2026.

|  |  |
| --- | --- |
| Produto | Prazo de entrega |
| Notificação do contrato | T0 |
| Produto 1. Plano de trabalho do projeto. O plano de trabalho deverá apresentar claramente como a perspectiva de gênero será integrada nas atividades, instrumentos, cronograma, indicadores e processos de consulta. | T0 + 15 dias corridos |
| **Produto 2.** Diagnóstico atualizado do funcionamento dos elementos de governança e coordenação da gestão de riscos e de desastres climáticos (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), interinstitucionais e multiníveis, situação do município de Cruzeiro do Sul/RS durante e após o desastre de 2024. Este documento servirá como linha de base. O diagnóstico deve incluir: análise de gênero aplicada à GRD, identificação das lacunas de participação feminina, análise dos impactos diferenciados das enchentes de 2024 sobre mulheres, meninas e grupos vulneráveis, mapeamento de serviços, políticas e capacidades institucionais de enfrentamento à violência baseada em gênero em contextos de desastre.  **Produto 3.** Proposta de metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres (com foco no município de Cruzeiro do Sul/RS). Deve estar alinhada com as políticas existentes, complementar as ferramentas e os instrumentos disponíveis para o município, institucionalizar/padronizar práticas, e transversalizar uma perspectiva de gênero. A metodologia deverá: incluir princípios, ferramentas e indicadores de gênero, propor mecanismos que ampliem a participação de mulheres nos processos de governança, prever diretrizes específicas para redução de riscos com recorte de gênero, articular-se com normativas nacionais (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; Plano Nacional de Adaptação; Plano Clima) que reconhecem desigualdades sociais e de gênero. | T0 + 2 meses corridos |
| Produto 4. Relatório da implementação piloto da metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres (com foco no município de Cruzeiro do Sul/RS). O relatório deverá conter: análise dos resultados obtidos com foco nos avanços e desafios da incorporação do enfoque de gênero, avaliação da efetiva participação de mulheres e grupos vulneráveis nas atividades, documentação de boas práticas que possam ser replicáveis.  Produto 5. Metodologia de governança e coordenação interinstitucional multinível para a gestão de riscos e de desastres climáticos ajustada após a sua implementação (com perspectiva de gênero). Deve incorporar as lições aprendidas referentes à participação e inclusão de gênero, propondo ajustes concretos, indicadores de monitoramento, mecanismos institucionais e ferramentas permanentes. | T0 + 4 meses corridos |
| Produto 6. Guia (ou documento) de implementação da metodologia que garanta que os resultados produzidos possam ser replicados em outros contextos e reforcem, em última instância, a gestão nacional (federal, estadual e municipal) de riscos e de desastres. O guia deverá conter seção específica sobre gênero, incluindo: princípios, listas de verificação (checklists), protocolos, indicadores, recomendações práticas para municípios replicarem a abordagem. | T0 +6 meses corridos |

Os serviços de consultoria terão duração aproximada de seis meses a partir da data da notificação do contrato. Vale ressaltar que o prazo alocado para cada produto é flexível, dependendo dos requisitos do processo, mantendo-se a duração total da consultoria.

## Coordenação e Aprovação dos Produtos

O prestador de serviços trabalhará sob a supervisão da Expertise France e da equipe técnica da SEDEC (MIDR).

A supervisão do trabalho e a aprovação do produto serão realizadas em conjunto, e a validação formal do produto será realizada pela Expertise France.

# Perfil Requerido

## Experiência Geral do Proponente

A capacidade e a experiência em determinados temas são de grande valor para o projeto. Por conseguinte, a capacidade e a experiência nas seguintes áreas temáticas serão consideradas:

* Gestão de riscos e de desastres climáticos:
  + Prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação frente a desastres.
  + Marcos legais e institucionais de gestão de riscos no Brasil (como a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDC).
  + Comunicação de risco, planos de contingência e gerenciamento de crises.
* Governança e coordenação interinstitucional e multinível
  + Modelos de articulação entre diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal).
  + Coordenação entre órgãos públicos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais.
  + Práticas institucionais em contextos federativos, especialmente em contextos de emergência.
  + Desenvolvimento e implementação de metodologias participativas
* Métodos de construção coletiva de políticas públicas.
  + Mediação de interesses e facilitação de oficinas com múltiplos atores.
  + Técnicas de consulta e escuta ativa em nível local.
* Integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas
  + Ferramentas de análise de gênero aplicadas à gestão de riscos e emergências.
  + Avaliação de impactos diferenciados de desastres sobre mulheres e outros grupos vulneráveis.
  + Será considerado diferencial que a instituição possua experiência prévia de trabalho com comunidades rurais, populações vulneráveis e iniciativas de redução de risco com foco em gênero, especialmente no Brasil.
* Soluções inovadoras em recuperação pós-desastre considerando as premissas do *Build Back Better*
  + Práticas sustentáveis, baseadas na natureza ou tecnologia.
  + Abordagens resilientes, inclusivas e de baixo carbono.
  + Modelos de reconstrução com participação comunitária.
* Elaboração e gestão de projetos com cooperação internacional
  + Experiência com diretrizes de comunicação e reporte da Expertise France, Euroclima ou projetos similares.
  + Experiência com metodologias de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL).
* Condução de diagnósticos institucionais e territoriais
  + Aplicação de entrevistas, grupos focais, análises documentais e estudos de caso.
  + Formulação e pilotagem de metodologias
  + Desenvolvimento de metodologias aplicáveis em campo, com base em boas práticas internacionais e adaptação ao contexto local.
* Interlocução com entes federativos e atores locais
  + Relação com prefeituras, defesas civis, secretarias estaduais, órgãos federais e organismos internacionais.
  + Capacidade de articulação política e institucional.
* Produção de documentos técnicos
  + Relatórios, guias metodológicos, planos de ação, etc.
  + Redação clara, estruturada e alinhada a padrões internacionais de qualidade.
* Capacidade de gestão exitosa demonstrada em projetos semelhantes.

## Experiência e Competências Profissionais Específicas

A consultoria deverá ser executada por uma equipe técnica multidisciplinar com formação e experiência compatíveis com as atividades descritas neste Termo de Referência. A dedicação exclusiva não é obrigatória.

A composição mínima da equipe e os requisitos desejados para cada perfil são descritos a seguir:

**Coordenador(a) Geral / Especialista Sênior em Governança e Políticas Públicas**

Qualificações desejadas:

* Graduação em Administração Pública, Ciências Sociais, Direito, Políticas Públicas, Planejamento Urbano, Relações Internacionais ou áreas correlatas;
* Pós-graduação, preferencialmente mestrado ou doutorado, em áreas relacionadas à gestão pública, governança, políticas públicas, gestão de riscos ou áreas afins.
* Fluência em inglês

Experiência desejada:

* 10 (dez) anos ou mais de experiência profissional em políticas públicas e/ou governança institucional;
* Experiência comprovada na coordenação de projetos com múltiplos atores institucionais no Brasil;
* Participação prévia em projetos de cooperação internacional.

Será valorizada experiência: com dados desagregados por gênero, com facilitação inclusiva, com abordagem interseccional.

**Especialista em Gestão de Riscos e Desastres Climáticos**

Qualificações desejadas:

* Graduação em Engenharia, Geografia, Meio Ambiente, Gestão de Riscos, Defesa Civil ou áreas correlatas;
* Pós-graduação ou especialização em Gestão de Riscos e Desastres, Mudanças Climáticas, Resiliência Urbana ou áreas afins.
* Fluência em inglês

Experiência desejada:

* Pelo menos 5 (cinco) anos de experiência em projetos relacionados à prevenção, gestão e recuperação de desastres naturais e climáticos no Brasil;
* Conhecimento das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC), planos de contingência e sistemas de alerta.

Será valorizada experiência: com dados desagregados por gênero, com facilitação inclusiva, com abordagem interseccional.

**Especialista em Gênero e Inclusão Social**

Qualificações desejadas:

* Graduação em Ciências Sociais, Estudos de Gênero, Sociologia, Antropologia, Serviço Social ou áreas correlatas;
* Especialização ou pós-graduação em Políticas de Gênero, Direitos Humanos ou temas afins.

Experiência desejada:

* Pelo menos 5 (cinco) anos de atuação em projetos com integração da perspectiva de gênero e inclusão social;
* Experiência em análise de políticas públicas e impactos diferenciados em populações vulneráveis.

**Especialista em Participação Social e Metodologias Colaborativas**

Qualificações desejadas:

* Graduação em Ciências Sociais, Psicologia, Educação, Comunicação Social ou áreas afins;
* Desejável formação complementar em metodologias participativas, facilitação de processos ou mediação de conflitos.

Experiência desejada:

* Pelo menos 5 (cinco) anos de experiência na condução de processos participativos com múltiplos atores (gestores públicos, comunidades, sociedade civil) no Brasil;
* Atuação em contextos de vulnerabilidade social e/ou emergências climáticas será considerada um diferencial.

Será valorizada experiência: com dados desagregados por gênero, com facilitação inclusiva, com abordagem interseccional.

**Analista de Políticas Públicas / Pesquisador(a)**

Qualificações desejadas:

* Graduação em Administração Pública, Ciência Política, Economia, Direito ou áreas relacionadas;
* Pós-graduação desejável.

Experiência desejada:

* Experiência com levantamento e análise de políticas públicas, revisão documental e sistematização de dados;
* Vivência em pesquisa aplicada e elaboração de diagnósticos institucionais.

Será valorizada experiência: com dados desagregados por gênero, com facilitação inclusiva, com abordagem interseccional.

**Consultor(a) Técnico(a) Local (no município Cruzeiro do Sul/RS)**

Qualificações desejadas:

* Formação superior em Gestão Pública, Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Serviço Social ou áreas correlatas.

Experiência desejada:

* Conhecimento da realidade local e das estruturas municipais de gestão de riscos, planejamento urbano e assistência social no Brasil;
* Capacidade de articulação com atores locais e apoio a atividades de campo.

Será valorizado conhecimento sobre vulnerabilidades de mulheres rurais e urbanas do Vale do Taquari e regiões do interior do RS.

**Assistente de Projetos / Apoio Administrativo**

Qualificações desejadas:

* Formação técnica ou superior em Administração, Gestão de Projetos, Secretariado Executivo ou áreas afins.

Experiência desejada:

* Apoio à organização logística de reuniões, controle de cronogramas, elaboração de registros e documentação técnica;
* Experiência com projetos de cooperação internacional será considerada um diferencial.

## Outros requisitos

* Capacidade de trabalho interdisciplinar e articulação com diferentes níveis de governo e atores sociais;
* É recomendável que a equipe seja composta por profissionais com equilíbrio de gênero (Será valorado positivamente na avaliação)
* Fluência em português é obrigatória
* Todos os membros da equipe devem ter disponibilidade para viagens e atividades presenciais no município de Cruzeiro do Sul/RS e em outros locais, conforme a necessidade do projeto.
* A equipe deverá demonstrar compromisso explícito com equidade de gênero e diversidade, tanto na composição, quanto na abordagem técnica do trabalho.

# Proposta Financeira e Pagamentos

A proposta financeira total deve ser inferior ou igual a 110.000 EUR. Esta proposta financeira deve cobrir todos os custos associados à consultoria, incluindo os honorários da equipe , custos de transporte para viagens (quando aplicáveis), etc.

Condições de pagamento

|  |  |
| --- | --- |
| Produtos | % do pagamento |
| Produto 1. | 10 % |
| Produto 2 e Produto 3. | 40 % |
| Produto 4 e Produto 5. | 30 % |
| Produto 6 | 20 % |
| TOTAL | 100% |

Os pagamentos serão realizados pela Expertise France na conta indicada pelo oferente. Os pagamentos

serão feitos em EURO. Importante ressaltar que os valores aqui descritos estão em Euro, e eventual variação cambial deve ser prevista na proposta apresentada.

# Procedimento para Apresentação de Ofertas

Os fornecedores interessados ​​devem enviar os documentos no regulamento do concurso, que deve ser consultado na plataforma PLACE.

\*As páginas da oferta técnica devem estar numeradas.

\*As propostas devem ser apresentadas através da plataforma PLACE.

\*Não serão aceitas propostas apresentadas por qualquer outro meio e nem posteriores à data indicada.

1. <https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/global-gateway_pt> [↑](#footnote-ref-2)